

NATHALIA MASSON

Manual de
**DIREITO
CONSTITUCIONAL**



4ª Edição

revista, ampliada e atualizada

2016



www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robrio Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

M419m Masson, Nathalia.
Manual de direito constitucional / Nathalia Masson – 4. ed. rev. ampl. e atual. – Salvador:
JusPODIVM, 2016.
1.384 p.
Bibliografia.
ISBN 978-85-442-0667-6.
1. Direito constitucional. I. Título.

CDD 341.2

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	27
1. Introdução	27
2. Concepções de Constituição	29
2.1. Introdução	29
2.2. Constituição sob o prisma sociológico	29
2.3. Constituição sob o aspecto político	30
2.4. Constituição em sentido jurídico	30
2.5. Concepção culturalista da Constituição (a busca por alguma conexão entre os sentidos anteriormente apresentados)	33
3. Classificação das Constituições	34
3.1. Quanto à origem	34
3.2. Quanto à estabilidade (mutabilidade ou processo de modificação)	36
3.3. Quanto à forma	39
3.4. Quanto ao modo de elaboração	40
3.5. Quanto à extensão	41
3.6. Quanto ao conteúdo	42
3.7. Quanto à finalidade	43
3.8. Quanto à interpretação	45
3.9. Quanto à correspondência com a realidade = critério ontológico	46
3.10. Quanto à ideologia (ou quanto à dogmática)	47
3.11. Quanto à unidade documental (quanto à sistemática)	48
3.12. Quanto ao sistema	49
3.13. Quanto ao local da decretação	50
3.14. Quanto ao papel da Constituição (ou função desempenhada pela Constituição)	50
3.15. Quanto ao conteúdo ideológico (ou quanto ao objeto)	51
3.16. Outras classificações	52
4. Aplicabilidade das Normas Constitucionais	55
4.1. Introdução	55
4.2. A classificação de José Afonso da Silva	56
4.3. A classificação de Maria Helena Diniz	58
4.4. A classificação de Uadi Lammêgo Bulos	59
4.5. Críticas	59
5. Princípios instrumentais de interpretação da Constituição e das leis	60
5.1. Princípio da supremacia da Constituição	60
5.2. Princípio da interpretação conforme a Constituição	60
5.3. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	62
5.4. Princípio da unidade da Constituição	62
5.5. Princípio da força normativa	62

5.6.	Princípio do efeito integrador.....	63
5.7.	Princípio da concordância prática ou harmonização.....	63
5.8.	Princípio da máxima efetividade ou da eficiência (intervenção efetiva).....	64
5.9.	Princípio da conformidade funcional ou justeza.....	64
6.	Elementos da Constituição.....	65
7.	Quadro sinótico.....	66
8.	Questões.....	76
8.1.	Questões objetivas.....	76
8.2.	Questões discursivas.....	86
	Gabarito questões objetivas.....	87
	Gabarito questões discursivas.....	98

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO.....	101
1. Introdução	101
2. Natureza do poder constituinte.....	102
3. Titularidade	104
4. Exercício (ou formas de expressão do poder constituinte).....	105
5. Espécies	107
6. Características do poder constituinte originário.....	108
7. Direitos adquiridos e o poder constituinte originário.....	112
8. O poder constituinte supranacional	113
9. Poder constituinte e a tese do patriotismo constitucional.....	114
10. Poderes Constituídos.....	115
10.1. Introdução.....	115
10.2. Espécies.....	117
10.2.1. Poder constituído decorrente (ou poder derivado decorrente)	118
10.2.2. Poder constituído reformador (elaboração das emendas constitucionais)	122
10.2.2.1. Introdução.....	122
10.2.2.2. Limitações expressas.....	123
10.2.2.3. Limitações implícitas.....	137
10.3. Outros mecanismos de modificação da Constituição da República de 1988	144
10.3.1. A revisão constitucional	144
10.3.2. A mutação constitucional	147
11. Quadro sinótico	149
12. Questões.....	155
12.1. Questões objetivas	155
12.2. Questões discursivas	165
Gabarito questões objetivas.....	166
Gabarito questões discursivas	174

CAPÍTULO 3

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	177
1. Introdução.....	177
2. A entrada em vigor de uma nova Constituição.....	177
3. Repristinação.....	184

4. Recepção material de normas constitucionais	185
5. Quadro sinótico	185
6. Questões.....	187
6.1. Questões objetivas	187
6.2. Questões discursivas	190
Gabarito questões objetivas	190
Gabarito questões discursivas	192

CAPÍTULO 4

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	193
1. Introdução	193
2. Distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos.....	194
3. Gerações de direitos fundamentais.....	196
4. Características dos direitos fundamentais.....	198
5. Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	202
6. Destinatários dos direitos fundamentais.....	204
7. Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.....	205
8. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas (eficácia horizontal).....	206
9. Colisão de direitos fundamentais	208
10. Hierarquia normativa dos tratados internacionais de direitos humanos	212
11. Classificação dos direitos fundamentais	215
12. Quadro sinótico	216
13. Questões.....	219
13.1. Questões objetivas	219
13.2. Questões discursivas	221
Gabarito questões objetivas	222
Gabarito questões discursivas	225

CAPÍTULO 5

DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS	227
1. Introdução	227
2. Direito à Vida	228
2.1. Introdução	228
2.2. Questões controversas	229
2.2.1. Princípio da vida humana	229
2.2.2. Aborto.....	231
2.2.3. Eutanásia e ortotanásia	232
3. DIREITO À PRIVACIDADE	233
3.1. Introdução	233
3.2. Direito à intimidade.....	234
3.3. Direito à vida privada	234
3.3.1. Direito ao esquecimento.....	234
3.4. Direito à honra.....	237
3.5. Direito à imagem	237
3.6. Sigilos pessoais.....	238
3.6.1. Sigilo do domicílio	238

3.6.2.	Sigilo de correspondência	241
3.6.3.	Sigilo de dados	241
3.6.3.1.	Dados bancários.....	242
3.6.3.2.	Dados fiscais	243
3.6.3.3.	Dados telefônicos	243
3.7.	Sigilo das comunicações	244
3.7.1.	Sigilo das comunicações telegráficas	244
3.7.2.	Sigilo das comunicações telefônicas	244
4.	Direito à Igualdade	246
4.1.	Introdução	246
4.2.	Princípio da isonomia X ações afirmativas	247
4.3.	Igualdade entre homens e mulheres	250
4.4.	Aplicação do princípio da isonomia nos critérios de admissão em concurso público	251
5.	Direito à Liberdade	253
5.1.	Introdução	253
5.2.	Liberdade de ação	255
5.3.	Liberdade de pensamento e manifestação	256
5.4.	Liberdade de consciência, crença e culto	258
5.5.	Liberdade de profissão	264
5.6.	Liberdade de locomoção	265
5.7.	Liberdade de reunião	266
5.8.	Liberdade de associação	268
6.	Direito à Propriedade	270
6.1.	Introdução	270
6.2.	Função social da propriedade	271
6.3.	Limitações ao direito de propriedade	273
6.3.1.	Desapropriação.....	273
6.3.2.	Requisição.....	275
6.3.3.	Expropriação ou confisco	276
6.3.4.	Usucapião	276
7.	Direito À razoável duração do processo	277
8.	Quadro sinótico	278
9.	Questões.....	287
9.1.	Questões objetivas	287
9.2.	Questões discursivas	293
	Gabarito questões objetivas	295
	Gabarito questões discursivas	301

CAPÍTULO 6

DIREITOS SOCIAIS	307
1. Introdução	307
2. Notícias históricas.....	308
3. Finalidade	309
4. Sujeito passivo dos direitos sociais.....	310
5. Classificação dos direitos sociais	310

6.	Reserva do possível	316
6.1.	Introdução	316
6.2.	Notícias históricas.....	316
6.3.	A teoria da “reserva do possível” no direito pátrio	317
7.	Mínimo Existencial.....	320
8.	Judicialização do Direito à Saúde.....	321
9.	Vedação do Retrocesso.....	326
10.	Quadro sinótico	328
11.	Questões.....	331
11.1.	Questões objetivas	331
11.2.	Questões discursivas	335
	Gabarito questões objetivas	336
	Gabarito questões discursivas	340

CAPÍTULO 7

DIREITO DE NACIONALIDADE.....	345
1. Introdução	345
1.1. Conceitos relacionados à matéria	345
2. Espécies de nacionalidade.....	348
2.1. Nacionalidade primária	349
2.1.1. Critérios de atribuição	349
2.1.2. Hipóteses de aquisição	349
2.2. Nacionalidade secundária (ou adquirida).....	354
2.3. Quase nacionalidade (ou brasileiros por equiparação)	358
3. Diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados.....	359
4. Perda do direito de nacionalidade.....	369
5. Quadro sinótico	372
6. Questões.....	374
6.1. Questões objetivas	374
6.2. Questões discursivas	380
Gabarito questões objetivas	380
Gabarito questões discursivas	385

CAPÍTULO 8

DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS	387
1. Introdução	387
2. Conceito.....	387
3. Classificação dos direitos políticos.....	388
4. Direitos políticos positivos.....	388
4.1. Soberania popular	388
4.1.1. Direito de sufrágio	389
4.1.2. Direito de voto e escrutínio	391
4.1.3. Ação popular.....	392
4.1.4. Iniciativa popular de leis	393
4.1.5. Plebiscito e referendo	393

4.1.6.	Alistabilidade ou capacidade eleitoral ativa.....	395
4.1.7.	Elegibilidade ou capacidade eleitoral passiva.....	396
5.	Direitos políticos negativos.....	400
5.1.	Introdução.....	400
5.2.	Perda de direitos políticos.....	400
5.3.	Suspensão de direitos políticos.....	401
6.	Inelegibilidades.....	405
6.1.	Introdução.....	405
6.2.	Classificação.....	405
6.3.	Inelegibilidade absoluta.....	406
6.4.	Inelegibilidades relativas.....	407
7.	Ação de impugnação de mandato eletivo.....	419
8.	Princípio da anterioridade (ou anualidade) eleitoral.....	420
9.	Partidos Políticos.....	421
9.1.	Introdução.....	421
9.2.	Conceito.....	421
9.3.	Notícias históricas.....	422
9.4.	Natureza jurídica e requisitos para criação.....	422
9.5.	Liberdade e autonomia partidária.....	424
9.6.	Financiamento dos Partidos.....	427
10.	Quadro sinótico.....	428
11.	Questões.....	433
11.1.	Questões objetivas.....	433
11.2.	Questões discursivas.....	440
	Gabarito questões objetivas.....	441
	Gabarito questões discursivas.....	447

CAPÍTULO 9

AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	449
1. Remédios constitucionais de natureza administrativa (não-jurisdicional).....	449
1.1. Direito de petição – art. 5º, XXXIV, “a”, CF/88, c/c Lei nº 4.898/1965.....	449
1.2. Direito à obtenção de certidões – art. 5º, XXXIV, “b”, CF/88; c/c Lei nº 9.051/1995).....	450
2. Habeas corpus (art. 5º, LXVIII e LXXVII, CF/88).....	451
2.1. Introdução.....	451
2.2. Legitimidade.....	451
2.3. Espécies.....	452
2.4. Cabimento.....	453
2.5. Pressuposto lógico e especificidades.....	455
2.6. Competência.....	457
2.7. Procedimento.....	458
2.8. Sistema recursal.....	459
2.9. Técnica decisória, repercussões processuais e efeitos.....	460
3. Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, CF/88 e Lei nº 12.016/2009).....	460
3.1. Introdução.....	460
3.2. Cabimento.....	461

3.3.	Hipóteses de restrição de cabimento do mandado de segurança individual	462
3.4.	Competência	464
3.5.	Legitimidade ativa e passiva	466
3.6.	Procedimento	467
3.7.	Apontamentos acerca do procedimento no mandado de segurança	468
3.8.	Efeitos da decisão e recursos	469
3.9.	Prazo para impetração do mandado de segurança	471
4.	Mandado de segurança coletivo (art. 5º LXX, CF/88)	471
4.1.	Introdução	471
4.2.	Hipóteses de cabimento	472
4.3.	Legitimidade ativa e passiva	473
4.4.	Competência	474
4.5.	Procedimento	475
4.6.	Efeitos da decisão	475
4.7.	Principais súmulas relacionadas ao mandado de segurança	475
5.	Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF/88)	479
5.1.	Notícias históricas e conceito	479
5.2.	Requisitos para o cabimento	479
5.3.	Legitimidade ativa e passiva	482
5.4.	Competência	484
5.5.	Procedimento	485
5.6.	Decisão e recursos cabíveis	486
5.7.	O debate acerca dos efeitos da decisão concessiva de injunção	487
6.	<i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII, CF/88 c/c Lei nº 9.507/1997)	492
6.1.	Introdução	492
6.2.	Cabimento	492
6.3.	Legitimidade ativa e passiva	494
6.4.	Competência	496
6.5.	Procedimento	498
6.6.	Decisão	500
7.	Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF/88; Lei nº 4.717/1965)	500
7.1.	Introdução	500
7.2.	Conceito	501
7.3.	Espécies	501
7.4.	Requisitos	502
7.5.	Legitimidade ativa e passiva	503
7.6.	Competência	505
7.7.	Procedimento	505
7.8.	Decisão na ação popular	506
8.	Quadro sinótico	507
9.	Questões	517
9.1.	Questões objetivas	517
9.2.	Questões discursivas	527
	Gabarito questões objetivas	528
	Gabarito questões discursivas	538

CAPÍTULO 10

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO ESTADO	541
1. Introdução	541
2. Forma de Estado	542
3. Tipologias de formas de Estado	542
3.1. Estado unitário	542
3.2. Estado federado	542
3.3. Outras formas de Estado	545
4. Classificação das federações	547
4.1. Quanto à origem (ou formação)	547
4.2. Quanto à atual concentração de poder	548
4.3. Quanto à repartição de competências	549
4.4. Quanto ao equacionamento das desigualdades, as federações podem ser simétricas ou assimétricas	549
4.5. Quanto às esferas integrantes da federação, temos o federalismo de segundo e de terceiro grau	550
5. A federação na Constituição da República de 1988	551
5.1. Introdução	551
5.2. União	551
5.3. Estados-membros	552
5.4. Municípios	552
5.5. Distrito Federal	554
5.6. Territórios Federais	555
6. Formação de novos Estados e Municípios	556
6.1. Introdução	556
6.2. Formação de novos Estados	557
6.3. Formação dos Municípios	561
7. Vedações constitucionais	563
8. Repartição Constitucional de Competências	564
8.1. Introdução	564
8.2. Princípios norteadores	564
8.3. Técnicas de repartição	566
8.4. Competências da União	568
8.4.1. Materiais exclusivas – art. 21, CF/88	568
8.4.2. Legislativas privativas – art. 22, CF/88	572
8.4.3. Materiais comuns – art. 23, CF/88	582
8.4.4. Legislativas concorrentes – art. 24, CF/88	582
8.5. Competências dos Estados-membros	587
8.6. Competências dos Municípios	589
8.7. Competências do Distrito Federal	592
9. Quadro sinótico	593
10. Questões	599
10.1 Questões objetivas – Organização político-administrativa do Estado	599
10.2 Questões objetivas – Repartição constitucional de competências	605
10.3 Questões objetivas – Repartição constitucional de competências	610

Gabarito questões objetivas	618
10.3. Questões discursivas	622
Gabarito questões discursivas	623
CAPÍTULO 11	
INTERVENÇÃO	625
1. Introdução	625
2. Conceito	625
3. Princípios Que Regem O Processo Interventivo	625
3.1. Princípio Da Não-Intervenção (Ou Da Excepcionalidade Da Medida)	626
3.2. Princípio Da Taxatividade	626
3.3. Princípio Da Temporariedade	626
4. Espécies De Intervenção	626
4.1. Intervenção Federal	627
4.2. Intervenção Estadual	635
5. Quadro Sinótico	637
6. Questões	639
6.1. Questões objetivas	639
6.2. Questões discursivas	642
Gabarito questões objetivas	643
Gabarito questões discursivas	646
CAPÍTULO 12	
PODER LEGISLATIVO	649
1. Introdução	649
2. Estrutura do Poder Legislativo	651
3. Composição das Casas Legislativas	653
3.1. Câmara dos Deputados	653
3.2. Senado Federal	656
3.3. Assembleias Legislativas	657
3.4. Câmara Legislativa do Distrito Federal	659
3.5. Câmaras Municipais	660
4. Funcionamento e direção do Poder Legislativo	661
4.1. Noções introdutórias	661
4.2. Do funcionamento: sessão legislativa ordinária, sessão legislativa extraordinária e legislatura	661
4.3. Sessões preparatórias e Mesas Diretoras	664
4.4. Sessão conjunta	666
5. Das Comissões Parlamentares	666
5.1. Introdução	666
5.2. Comissão representativa do Congresso Nacional	668
5.3. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	669
5.3.1. Introdução	669
5.3.2. Notícias históricas	669
5.3.3. As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição Federal de 1988	672

6.	Imunidades dos Congressistas	698
6.1.	Introdução	698
6.2.	Imunidade material	700
6.3.	Imunidades formais	704
6.3.1.	Imunidade formal relativa à prisão (freedom from arrest)	705
6.3.2.	Imunidade formal relativa ao processo	712
6.4.	Imunidade testemunhal	716
6.5.	Imunidades dos demais membros do Poder Legislativo	717
6.5.1.	Âmbito estadual e distrital	717
6.5.2.	Âmbito municipal	718
6.6.	Foro por prerrogativa de função	718
6.6.1.	Introdução	718
6.6.2.	Foro especial para os congressistas	719
6.6.3.	Foro especial para os Deputados Estaduais e Vereadores	725
7.	Incompatibilidades	726
8.	Hipóteses de perda do mandato	728
8.1.	A cassação e a extinção do mandato	728
8.1.1.	Cassação	728
8.1.2.	A polêmica envolvendo a condenação criminal transitada em julgado e a perda (automática ou não?) do mandato do congressista	729
8.1.3.	Extinção	731
8.1.4.	Quadro para fixação das diferentes hipóteses de perda do mandato	732
8.2.	A perda como decorrência da desfiliação partidária sem justa causa	733
8.3.	A possibilidade de as Constituições Estaduais inovarem em matéria de perda de mandato parlamentar	736
9.	Hipóteses que não ensejam a perda do mandato	737
10.	Tribunal de Contas	738
10.1.	Introdução	738
10.2.	Composição do Tribunal de Contas da União	739
10.3.	Garantias dos integrantes dos Tribunais de Contas	741
10.4.	Atribuições dos Tribunais de Contas	741
10.5.	Rejeição da prestação de contas e inelegibilidade	746
10.6.	Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União	747
10.7.	Tribunais de Contas dos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios	747
10.8.	Comentários finais sobre as Cortes de contas	748
11.	Quadro sinótico	749
12.1.	Questões objetivas	758
12.2.	Questões discursivas	772
	Gabarito questões objetivas	773
	Gabarito questões discursivas	784

CAPÍTULO 13

PROCESSO LEGISLATIVO	787
1. Introdução	787
2. Espécies de processo legislativo	789

3.	Espécies normativas	790
3.1.	Introdução	790
3.2.	Leis ordinárias – processo legislativo ordinário	790
3.3.	Procedimento legislativo sumário ou regime de urgência constitucional (art. 64, §§ 1º a 4º, CF/88)	817
3.4.	Leis complementares	818
3.5.	Leis delegadas	822
3.6.	Medidas Provisórias	825
3.6.1.	Introdução	825
3.6.2.	Legitimidade para a edição	826
3.6.3.	Pressupostos constitucionais legitimadores	827
3.6.4.	Limites materiais à edição	828
3.6.5.	Produção de efeitos (eficácia da medida)	831
3.6.6.	Procedimento	831
3.6.7.	Rejeição e conversão da MP em lei	834
3.6.8.	Últimas observações sobre as medidas provisórias	835
3.7.	Decretos legislativos	837
3.8.	Resoluções	838
4.	Quadro sinótico	839
5.	Questões	848
5.1.	Questões objetivas	848
5.2.	Questões discursivas	860
	Gabarito questões objetivas	863
	Gabarito questões discursivas	873

CAPÍTULO 14

PODER EXECUTIVO	877
1. Introdução	877
2. Estruturas organizacionais do Poder Executivo	878
3. Sistemas de Governo	879
3.1. Introdução	879
3.2. Presidencialismo e Parlamentarismo	879
3.3. O semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo)	882
3.4. O presidencialismo como sistema preferencial de Governo nas Constituições brasileiras	883
4. O Poder Executivo na Constituição da República de 1988	884
5. Eleição, sistemas eleitorais e mandato do Presidente da República	886
6. Posse	891
7. Impossibilidades de exercer o cargo: o impedimento e a vacância	892
8. Licença	897
9. Atribuições do Presidente da República	898
10. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional: órgãos consultivos	901
10.1. Introdução	901
10.2. Conselho da República	902
10.3. Conselho de Defesa Nacional	903
11. Imunidades do Presidente da República	904

12.	Responsabilidade do Presidente da República	906
12.1.	Introdução	906
12.2.	Juízo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados.....	907
12.3.	Crimes comuns	911
12.4.	Crimes de responsabilidade	912
13.	Responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos	914
14.	Conclusões finais sobre a perda do mandato	917
15.	Quadro sinótico	917
16.	Questões	921
16.1.	Questões objetivas	921
16.2.	Questões discursivas	933
	Gabarito questões objetivas	933
	Gabarito questões discursivas	942

CAPÍTULO 15

PODER JUDICIÁRIO	945
1. Introdução	945
2. Órgãos do Poder Judiciário	947
2.1. Organograma do Poder Judiciário	948
2.2. Número de membros dos órgãos do Poder Judiciário	950
2.3. Padrão de idade como requisito de ingresso	950
2.4. Aprovação prévia pelo Senado Federal como requisito para a posse	951
3. A regra do quinto constitucional	952
4. O quinto constitucional e o “pensamento do possível”	953
5. Garantias do Poder Judiciário	955
5.1. Introdução	955
5.2. Garantias institucionais	955
5.2.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa	956
5.2.2. Garantias de autonomia financeira	957
5.3. Garantias funcionais (ou de órgãos)	958
5.3.1. Garantias de independência dos órgãos judiciários	959
(A) Vitaliciedade	959
(B) Inamovibilidade	960
(C) Irredutibilidade de subsídios	961
5.3.2. Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários	962
6. Conselho Nacional de Justiça	964
6.1. Aspectos introdutórios	964
6.2. Regras referentes à composição	964
6.3. Competências do Conselho	966
6.4. Controle judicial da atuação do CNJ	970
6.5. A discussão sobre a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça	970
7. Súmulas Vinculantes	971
7.1. Introdução	971
7.2. Notícias históricas: direito comparado e direito pátrio	972
7.3. Súmulas Vinculantes: alguma arquitetura	974

7.3.1.	Previsão constitucional, legal e finalidade	974
7.3.2.	Competência exclusiva.....	974
7.3.3.	Pressupostos (requisitos constitucionais)	974
7.3.4.	Objeto	975
7.3.5.	Legitimidade para provocar a edição, revisão ou cancelamento do enunciado de súmula vinculante	975
7.3.6.	Aspectos procedimentais.....	977
7.3.7.	O efeito vinculante.....	978
7.3.8.	Cabimento da reclamação	979
8.	Arquitetura do Poder Judiciário.....	979
8.1.	Introdução	979
8.2.	Órgãos de convergência	979
8.3.	Órgãos de superposição	980
8.4.	Justiça comum	980
8.5.	Justiça especial	981
9.	O Supremo Tribunal Federal (arts. 101 a 103, CF/88).....	982
9.1.	Introdução	982
9.2.	Composição.....	982
9.3.	Atribuições	984
9.3.1.	Primeiras palavras.....	984
9.3.2.	Inciso I – Competências originárias.....	986
9.3.3.	Inciso II – Competência recursal ordinária.....	999
9.3.4.	Inciso III – Competência recursal extraordinária.....	1000
10.	Superior Tribunal de Justiça (arts. 104 e 105, CF/88)	1005
10.1.	Introdução.....	1005
10.2.	Composição.....	1006
10.3.	Competências.....	1008
11.	Justiça do Trabalho (arts. 111 a 116, CF/88).....	1010
12.	Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121, CF/88)	1014
13.	Tribunais e Juízes Militares (arts. 122 a 124, CF/88).....	1016
14.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110, CF/88)	1019
15.	Tribunais e Juízes dos Estados (arts. 125 e 126, CF/88).....	1023
16.	Quadro sinótico	1025
17.	Questões.....	1033
17.1.	Questões objetivas	1033
17.2.	Questões discursivas	1046
	Gabarito questões objetivas	1046
	Gabarito questões discursivas	1056

CAPÍTULO 16

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1059
1. Introdução	1059
2. Ministério Público.....	1060
2.1. Introdução.....	1060
2.2. Natureza.....	1060

2.3.	Princípios institucionais	1062
2.4.	Ingresso na carreira	1065
2.5.	Garantias e vedações aos membros do Ministério Público	1066
2.6.	Organização e composição do Ministério Público	1070
2.7.	Procurador-Geral da República	1072
2.8.	Procurador-Geral de Justiça	1074
2.9.	Conselho Nacional do Ministério Público	1075
2.10.	Funções Institucionais do Ministério Público	1077
2.10.1.	Investigação criminal e teoria dos “poderes implícitos”	1077
2.11.	Ministério Público nos Tribunais de Contas	1078
3.	Advocacia pública	1079
3.1.	Introdução	1079
3.2.	Organização da Advocacia-Geral da União	1081
3.3.	O Advogado-Geral da União	1082
3.4.	Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal	1083
4.	Advocacia privada	1084
4.1.	Introdução	1084
4.2.	Habilitação para a profissão de advogado e a questão da indispensabilidade	1085
4.3.	A inviolabilidade do advogado	1087
4.4.	Direitos do advogado	1087
5.	Defensoria Pública	1089
5.1.	Introdução	1089
5.2.	Notícias históricas	1090
5.3.	Arquitetura e organização da Defensoria Pública	1092
5.4.	Garantias, prerrogativas e vedações para os membros da Defensoria Pública	1094
5.5.	Destinatários dos serviços prestados pela Defensoria Pública	1096
5.6.	Legitimidade para a propositura de ação civil pública	1097
6.	Quadro sinótico	1098
7.	Questões	1104
7.1.	Questões objetivas	1104
7.2.	Questões discursivas	1111
	Gabarito questões objetivas	1113
	Gabarito questões discursivas	1118

CAPÍTULO 17

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	1123
1. Introdução	1123
2. Tipologia da inconstitucionalidade	1125
2.1. Introdução	1125
3. Parâmetro para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade	1133
4. Classificação das fórmulas adotadas para o controle de constitucionalidade	1134
4.1. Introdução	1134
4.2. Quanto à natureza do órgão	1134
4.3. Quanto ao momento do controle	1135
4.4. A relação entre o órgão e o momento de controle no direito brasileiro	1136

4.5.	Quanto ao número de órgãos competentes para a realização do controle	1141
4.6.	Quanto à finalidade (ou objetivo) do controle	1141
5.	Controle Difuso de Constitucionalidade	1143
5.1.	Introdução	1143
5.2.	Primeiras palavras	1144
5.3.	O Controle difuso nos Tribunais	1146
5.4.	Efeitos da decisão	1150
5.4.1.	Introdução.....	1150
5.4.2.	Efeitos quanto ao aspecto temporal.....	1150
5.4.3.	Efeitos quanto ao aspecto subjetivo.....	1152
5.5.	A atuação do Senado Federal no controle difuso.....	1153
5.6.	A tendência da abstrativização (ou objetivação) do controle difuso.....	1155
5.7.	Tipos de ações no controle difuso.....	1158
5.7.1.	Introdução.....	1158
5.7.2.	O controle difuso e a ação civil pública.....	1158
6.	Controle Concentrado	1161
6.1.	Introdução	1161
6.2.	Controle concentrado no Brasil	1162
6.3.	Ação direta de inconstitucionalidade	1164
6.3.1.	Introdução.....	1164
6.3.2.	Legitimidade ativa.....	1164
6.3.3.	Parâmetro e objeto.....	1169
6.3.4.	Procedimento	1176
6.3.5.	Atuação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado de constitucionalidade	1178
6.3.6.	<i>Amicus curiae</i>	1180
6.3.7.	Medida cautelar	1183
6.3.8.	Efeitos das decisões definitivas.....	1185
6.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	1191
6.4.1.	Introdução.....	1191
6.4.2.	Legitimidade ativa.....	1191
6.4.3.	Parâmetro e objeto.....	1192
6.4.4.	Competência	1193
6.4.5.	Aspectos procedimentais.....	1194
6.4.6.	Medida cautelar na ADC	1195
6.4.7.	Decisão definitiva.....	1196
6.5.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	1197
6.5.1.	Introdução.....	1197
6.5.2.	Objeto	1198
6.5.3.	Legitimidade ativa e passiva	1199
6.5.4.	Procedimento	1200
6.5.5.	Medida liminar.....	1201
6.5.6.	Efeitos da decisão definitiva.....	1201
6.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	1202
6.6.1.	Introdução.....	1202

6.6.2.	Legitimidade ativa.....	1202
6.6.3.	Parâmetro	1203
6.6.4.	Princípio da subsidiariedade: definição, a aplicação da fungibilidade e a definição do objeto.....	1204
6.6.5.	Espécies de ADPF	1206
6.6.6.	Medida cautelar na ADPF	1208
6.6.7.	Decisão definitiva.....	1209
7.	Quadro sinótico	1210
8.	Questões.....	1222
8.1.	Questões objetivas	1222
8.2.	Questões discursivas	1234
	Gabarito questões objetivas.....	1236
	Gabarito questões discursivas	1248

CAPÍTULO 18

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS		1251
1.	Introdução	1251
2.	Competência.....	1252
3.	Objeto.....	1253
4.	Parâmetro	1253
5.	Legitimação	1254
6.	Ações possíveis em âmbito estadual	1255
7.	Interposição de Recurso Extraordinário no STF em face das decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça	1256
8.	Simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade.....	1258
9.	Quadro sinótico	1260
10.	Questões.....	1261
10.1.	Questões objetivas	1261
10.2.	Questões discursivas	1264
	Gabarito questões objetivas	1265
	Gabarito questões discursivas	1268

CAPÍTULO 19

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1271
1. Introdução	1271
2. Da defesa das instituições democráticas	1272
3. Estado de Defesa	1274
3.1. Introdução	1274
3.2. Hipóteses de decretação (pressupostos materiais ou condições de fundo para a decretação).....	1274
3.3. Titularidade	1274
3.4. Requisitos (condições de forma)	1274
3.5. Procedimento	1275
3.6. Medidas coercitivas.....	1276
3.7. Controle.....	1277
4. Estado de Sítio	1279

4.1.	Introdução	1279
4.2.	Hipóteses de decretação	1279
4.3.	Titularidade	1280
4.4.	Requisitos	1280
4.5.	Procedimento e prazo	1281
4.6.	Restrições de Direitos	1282
4.7.	Controle	1282
5.	Forças Armadas	1284
6.	Segurança Pública	1286
6.1.	Órgãos de segurança pública	1287
6.2.	Órgãos federais – a segurança pública realizada pelos órgãos da União	1288
6.3.	Órgãos estaduais – a segurança pública realizada pelos órgãos dos Estados	1289
6.4.	A segurança pública no Distrito Federal	1289
6.5.	A segurança pública nos Municípios	1290
6.6.	A segurança pública nos Territórios Federais	1290
7.	Quadro sinótico	1291
8.	Questões	1296
8.1.	Questões objetivas	1296
8.2.	Questões discursivas	1302
	Gabarito questões objetivas	1303
	Gabarito questões discursivas	1308

CAPÍTULO 20

ORDEM ECONÔMICA 1309

1.	Introdução	1309
2.	Princípios Gerais Da Ordem Econômica	1310
3.	Análise Dos Artigos 171 A 192 Da Constituição	1316
3.1.	Art. 171	1316
3.2.	Art. 172	1316
3.3.	Arts. 173 e 174: a atuação do Estado no domínio econômico	1317
3.4.	Arts. 175 a 181: outras formas de atuação do Estado no domínio econômico	1322
3.5.	Arts. 182 e 183: política urbana	1323
3.6.	Arts. 184 a 191: política agrícola, fundiária e reforma agrária	1325
3.7.	Art. 192: sistema financeiro nacional	1327
4.	Quadro sinótico	1328
5.	Questões	1330
	Gabarito	1334

CAPÍTULO 21

ORDEM SOCIAL 1339

1.	Introdução	1339
2.	Da Seguridade Social	1340
2.1.	Notícias históricas	1340
2.2.	Definição	1341
2.3.	Financiamento	1341
2.4.	Objetivos	1342

2.5. Saúde.....	1343
2.6. Previdência Social.....	1345
2.7. Assistência Social.....	1346
3. Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 205 a 214, CF/88)	1348
4. Da Ciência, Tecnologia e Inovação (arts. 218 a 219-B, CF/88)	1354
5. Da Comunicação Social (arts. 220 a 224, CF/88)	1355
6. Do Meio Ambiente	1357
7. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso	1358
8. Dos Índios (arts. 231 e 232, CF/88).....	1364
9. Quadro sinótico	1367
10. Questões.....	1369
10.1. Questões objetivas	1369
10.2. Questões discursivas	1374
Gabarito questões objetivas	1375
Gabarito questões discursivas	1378
BIBLIOGRAFIA	1379